



CLIPPING E CURADORIA DE NOTÍCIAS
17 e 18/08/2022

ÍNDICE

1. RELATÓRIO
2. RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais
3. RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais
4. RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais
5. Contrato de arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca é assinado
6. Prefeitura contrata associação para estudo sobre transporte público de Natal
7. Senado aprova marco legal para exploração da energia em alto-mar
8. Auxílio Brasil: 17 bancos podem oferecer consignado
9. Senado aprova marco legal para a geração de energia eólica em alto mar
10. Em dia de ata do Fed, Bolsa registra alta de 0,17%
11. Capas dos Jornais
12. GRÁFICOS

RELATÓRIO

Com o objetivo de melhorar a evolução do ambiente empresarial, ontem (17/08) e hoje (18/08), o Rio Grande do Norte sediará o Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais. Reunindo representantes das 27 unidades federativas do país, o evento ocorrerá de forma 100% presencial em Natal, dentro do Hotel **Senac** Barreira Roxa. O encontro, que acontece mensalmente, serve para debater o processo de registro mercantil, como tornar o registro de novas empresas mais rápido e fácil, além de trazer discussões para o ambiente de licenciamento de negócios.

Ontem (17/08) foi assinado o contrato do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca (Tersab), também conhecido como porto-ilha, na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, segundo informou o Ministério da Infraestrutura. O leilão do porto-ilha de Areia Branca aconteceu no dia 5 de novembro do ano passado. A validade é de 25 anos.

A Prefeitura de Natal contratou uma associação, sem licitação, para realizar um estudo sobre a rede de transporte público da cidade. O valor é de R\$ 526 mil. Entre os objetivos, a entidade deverá apresentar soluções para atendimento emergencial das áreas desassistidas por causa de linhas devolvidas pelas empresas desde o início da pandemia. O extrato do contrato foi publicado ontem (17/08) no Diário Oficial do Município e deverá ser republicado por incorreção. Segundo a Secretaria de Mobilidade Urbana (STTU), o estudo deverá durar quatro meses e não seis, como informado no documento publicado.

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou ontem (17/08) o projeto do marco regulatório para a exploração de energia, seja eólica, solar ou das marés, em alto mar no Brasil. O PL 576/2021 regulamenta a autorização para aproveitamento do potencial energético offshore, ou seja, instalado no mar. Já deve seguir para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para análise pelo Plenário.

Após os principais bancos privados do país decidirem não oferecer o crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil, o ministro da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, afirmou ontem (17/08) que as instituições financeiras estão aptas a realizar a operação.

O Ibovespa, principal índice da bolsa de valores de São Paulo, a B3, fechou em alta ontem (17/08), em mais uma sessão sem tendência definida, marcada pela ata do Federal Reserve (Fed, central dos Estados Unidos). O Ibovespa subiu 0,17%, a 113.708 pontos, renovando a máxima desde 20 de abril.

RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais

Link	https://agorarn.com.br/ultimas/rn-recebera-encontro-nacional-de-presidente-de-juntas-comerciais/
Data da publicação	17/08/2022
Veículo	Agora RN
Classificação	Positivo

RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais

Reunindo representantes das 27 unidades federativas do país, o evento ocorrerá de forma 100% presencial



Foto: Reprodução

Com foco na evolução do ambiente empresarial em todo o território brasileiro, o estado do Rio Grande do Norte sediará o Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais nestas quarta-feira 17 e quinta-feira 18.

Reunindo representantes das 27 unidades federativas do país, o evento ocorrerá de forma 100% presencial em Natal, dentro do **Hotel Senac Barreira Roxa**. O encontro, que acontece mensalmente, serve para debater o processo de registro mercantil, como tornar o registro de novas empresas mais rápido e fácil, além de trazer discussões para o ambiente de licenciamento de negócios.

O evento contará com palestras como a do presidente da Abralegal, Wlamir Freitas, que abordará sobre as novas regras de publicações das sociedades anônimas; e do advogado Bruno Camargo, que falará sobre os reflexos da IN do Drei n.112/2022 na atividade empresarial.

A reunião é organizada pela Fenaju e terá como anfitriã a Junta Comercial do Estado do RN (Jucern). O presidente da Jucern, Carlos Augusto Maia, evidenciou o evento, dizendo que se trata de um encontro de troca experiências para melhorar o ambiente de negócios no País e que a realização do encontro em território potiguar prestigia o estado e tem como intuito facilitar ainda mais o trabalho daqueles que lidam com o registro empresarial. Carlos Maia ainda ressaltou que os participantes do encontro vão conhecer o projeto do RN pensado para simplificar a rotina do empreendedor. “Virão também conhecer o projeto do Governo do Estado/Jucern – o Junta+FácilRN, desenvolvido em parceria com o Sebrae-RN, que tem dado bons resultados na integração de órgãos e instituições do RN”, comentou o presidente da Jucern, informando que os participantes do evento também conhecerão as instalações da empresa Grupo Guararapes, maior empresa têxtil do Brasil.

RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais

Link	http://jornalagorarn.com.br/uploads/materiais/e2835482d367ce19633283fd51a31286.pdf - Página 15
Data da publicação	17/08/2022
Veículo	Agora RN
Classificação	Positivo

RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais

Com foco na evolução do ambiente empresarial em todo o território brasileiro, o estado do Rio Grande do Norte sediará o Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais nestas quarta-feira 17 e quinta-feira 18.

Reunindo representantes das 27 unidades federativas do país, o evento ocorrerá de forma 100% presencial em Natal, dentro do Hotel Senac Barreira Roxa. O encontro, que acontece mensalmente, serve para debater o processo de registro mercantil, como tornar o registro de novas empresas mais rápido e fácil, além de trazer discussões para o ambiente de licenciamento de negócios.

O evento contará com palestras como a do presidente da Abralegal, Wlamir Freitas, que abordará sobre as novas regras de publicações das sociedades anônimas; e do advogado Bruno Camargo, que falará sobre os reflexos da IN do DREI n.112/2022 na atividade empresarial.

A reunião é organizada pela Fenaju e terá como anfitriã a Junta Comercial do Estado do RN (Jucern). O presidente da Jucern, Carlos Augusto Maia, evidenciou o evento, dizendo que se trata de um encontro de troca experiências para melhorar o ambiente de negócios no País e que a realização do encontro em território potiguar prestigia o estado e tem como intuito facilitar ainda mais o trabalho daqueles que lidam com o registro empresarial. Carlos Maia ainda ressaltou que os participantes do encontro vão conhecer o projeto do RN pensado para simplificar a rotina do empreendedor. "Virão também conhecer o projeto do Governo do Estado/Jucern - o Junta+FácilRN, desenvolvido em parceria com o Sebrae-RN, que tem dado bons resultados na integração de órgãos e instituições do RN", comentou o presidente da Jucern, informando que os participantes do evento também conhecerão as instalações da empresa Grupo Guararapes, maior empresa têxtil do Brasil ●

RN receberá Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/publicidade-legal-garante-mais-segurana-a-jura-dica-para-as-empresas/545376
Data da publicação	18/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Positivo

Publicidade legal garante mais segurança jurídica para as empresas

Publicado: 00:00:00 - 18/08/2022

Atualizado: 22:28:34 - 17/08/2022

A publicidade legal para veiculação de comunicados, editais, atas, balanços e demonstrativos contábeis em jornais impressos ganha mais transparência com a Instrução Normativa 112/2022, conforme avalia o presidente da Associação Brasileira das Agências e Veículos Especializados em Publicidade Legal (Abralegal), Wlamir Freitas. A publicidade legal é uma forma de entidades das esferas públicas e privadas prestarem contas para a sociedade sobre o que estão fazendo e de como gerenciam seus recursos.

Magnus Nascimento



Wlamir Freitas, da Abralegal: "Internet ainda é vulnerável, no jornal está impresso"

Por esse motivo, é importante que as publicações sejam feitas em veículos de grande circulação para que a mensagem chegue ao maior número de pessoas. A Instrução Normativa 112, publicada neste ano pelo Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), do Ministério da Economia, garante isso. O documento estabelece que as empresas de Sociedade Anônimas publiquem seus atos na forma resumida em jornais impressos, além da íntegra dos documentos nos sites jornalísticos dos veículos, com certificação digital pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil) e rastreabilidade das publicações.

A legislação amplia a segurança jurídica das regras sobre a publicidade legal. A partir de agora, a Junta Comercial terá que fiscalizar o cumprimento das exigências pelas empresas. Embora a lei tenha desobrigado as publicações das Sociedades Anônimas em Diário Oficial da União ou do Estado, o presidente da Abralegal, Wlamir Freitas diz que a medida evita arquivamento irregular de atos que exigem a veiculação por meio da publicidade legal.

“Hoje, nós sabemos que a internet ainda é vulnerável. A gente tem casos de empresários que colocam anúncios na internet e por um erro, vai lá, retira e publica de novo. Sendo que no jornal está impresso, se ele tiver que corrigir vai ter que fazer uma errata, sendo que na internet ele coloca e tira. Hoje, com essa Lei Geral de Proteção de Dados, isso vai ser mais dificultoso porque nós temos um carimbo de tempo”, comenta Freitas.

Wlamir Freitas ressalta que a regulamentação da publicidade legal no País precisava de uma atualização e que a Instrução Normativa era um pleito antigo do setor. “Não que a publicidade legal no Brasil não era regimentada, a norma veio para dar o entendimento, não tem interpretação. É muito claro. Tem que ser no impresso de grande circulação e também na página do site do mesmo jornal”, diz.

Freitas reforça que os grandes veículos jornalísticos, como a TRIBUNA DO NORTE, também têm importância no processo, já que passam a fazer o papel do Diário Oficial. “Até o ano passado, os jornais tinham um entendimento de mandar só a folha física para a Junta Comercial. A Abralegal desempenhou um papel para que os jornais entendam sua importância, que eles têm a obrigação de dar acessibilidade às listas”, comenta Wlamir Freitas da Abralegal.

A presidente da Federação Nacional de Juntas Comerciais (Fenaju), Alzenir Porto, analisa que a medida beneficia a atividade empresarial. “Essa mudança veio primeiro para beneficiar o empresário, a obrigação para o Diário Oficial era muito pesada, então no momento em que a gente tem que dar segurança a esse ato do registro mercantil é de grande importância que se tenha esse leque de novas possibilidades dessa publicação, até para cumprir com essas obrigações de se tornar público”, pontua.

“A questão da publicidade legal é um dos princípios basilares do Direito e a gente não pode, de maneira alguma, se distanciar dela. Agora é necessário que ela venha de uma forma harmoniosa, ela não pode ser hostil. Acredito que essa norma veio para apaziguar esse mercado que está muito agitado”, acrescenta Alzenir Porto, da Fenaju, entidade que sediou o Encontro Nacional de Presidentes das Juntas Comerciais na capital potiguar.

O presidente da Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte (Jucern), Carlos Augusto Maia, diz que a instituição potiguar mantém bom diálogo com os veículos jornalísticos do Estado para garantir a transparência das publicações. "A gente tem mantido conversas com os jornais, que são fundamentais para cumprirmos na íntegra esse princípio da publicidade e garantir mais segurança jurídica para que a sociedade possa ter acesso às publicações, destaca.

Carlos Maia afirma que os profissionais da Jucern estão passando por uma capacitação interna para acelerar os processos. "É uma capacitação para diminuir a burocracia, para que seja rápido e de forma integrada", completa.

Evento

Com foco na evolução do ambiente empresarial em todo o território brasileiro, Natal sedia o Encontro Nacional de Presidente de Juntas Comerciais, que começou ontem (17) e se encerra nesta quinta-feira (18). O evento reúne representantes das 27 unidades federativas do País, de forma 100% presencial no Hotel **Senac** Barreira Roxa.

Os gestores que desejarem permanecer na cidade terão ainda a oportunidade de participar de diversos passeios por pontos turísticos da capital. O encontro, que acontece mensalmente, serve para debater o processo de registro mercantil, como tornar o registro de novas empresas mais rápido e fácil, além de trazer discussões para o ambiente de licenciamento de negócios.

A reunião é organizada pela Federação Nacional das Juntas Comerciais (Fenaju) e tem como anfitriã a Junta Comercial do Estado do RN (Jucern).

Contrato de arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca é assinado

Link	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/08/17/contrato-de-arrendamento-do-terminal-salineiro-de-areia-branca-e-assinado.ghtml
Data da publicação	17/08/2022
Veículo	G1RN
Classificação	Notícia de Interesse

Contrato de arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca é assinado

Governo federal prevê investimentos de R\$ 164,11 milhões no porto-ilha, que foi arrematado por R\$ 100 mil em 2021.

Por g1 RN

17/08/2022 20h25 · Atualizado há 3 horas



Porto-ilha de Areia Branca foi leiloado em 2021. — Foto: Codern/Cedida

O contrato do arrendamento do Terminal Salineiro de Areia Branca (Tersab), também conhecido como porto-ilha, foi assinado nesta quarta-feira (17), na Bolsa de Valores B3, em São Paulo, segundo informou o Ministério da Infraestrutura.



O leilão do porto-ilha de Areia Branca

aconteceu no dia 5 de novembro do ano passado. O contrato com a empresa Intermarítima Portos e Logística tem validade de 25 anos.

Até agora, o terminal era gerenciado pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern). Pelo equipamento, passam cerca de 95% de todo sal marinho produzido no Brasil.

O porto foi arrendado por R\$ 100 mil e deverá receber investimentos de R\$ 164,11 milhões nas instalações para compra de equipamentos.

Os investimentos incluem a recuperação do pátio de estocagem, fazendo com que a capacidade do terminal passe de 90 mil para 150 mil toneladas. Também haverá trabalho de dragagem, para o aprofundamento do canal de acesso, segundo o Ministério da Infraestrutura.

O terminal, que é mais conhecido como Porto-Ilha de Areia Branca, está localizado no Oceano Atlântico, a 14 km da costa de Areia Branca e a 330 km de Natal. Foi inaugurado em 1 de março de 1974 e a primeira operação ocorreu em 4 de setembro daquele ano.

Destinado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente sal marinho, o Tersab tem área de 35.114m². A expectativa de movimentação é de 69,3 milhões de toneladas nos 25 anos.

Outros contratos

Além do Terminal Salineiro, o governo também assinou contrato de concessão do terminal de Suape, em Pernambuco; e do STS 11, em Santos (SP). Todos os contratos têm 25 anos de duração.

Prefeitura contrata associação para estudo sobre transporte público de Natal

Link	https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/08/17/prefeitura-contrata-associacao-para-estudo-sobre-transporte-publico-de-natal.ghtml
Data da publicação	17/08/2022
Veículo	G1RN
Classificação	Notícia de Interesse

Prefeitura contrata associação para estudo sobre transporte público de Natal

Entidade deverá apresentar soluções para atendimento emergencial das áreas desassistidas por causa de linhas devolvidas no município.

Por Inter TV Cabugi

17/08/2022 17h10 · Atualizado há 7 horas



Ônibus passa em frente à sede da Prefeitura de Natal — Foto: Igor Jácome/g1

A Prefeitura de Natal contratou uma associação, sem licitação, para realizar um estudo sobre a rede de transporte público da cidade. O valor é de R\$ 526 mil.



Entre os objetivos, a entidade deverá apresentar soluções para atendimento emergencial das áreas desassistidas por causa de linhas devolvidas pelas empresas desde o início da pandemia.



O extrato do contrato foi publicado nesta quarta-feira (17) no Diário Oficial do Município e deverá ser republicado por incorreção. Segundo a Secretaria de Mobilidade Urbana (STTU), o estudo deverá durar quatro meses e não seis, como informado no documento publicado.

O acordo firmado prevê prestação de serviços de consultoria especializada para a realização de estudos, relatórios e apresentação de propostas de modelagem para o sistema de transporte público coletivo de passageiros da cidade.

Ainda de acordo com o município, o objetivo da contratação é melhorar a prestação do serviço e garantir "modicidade tarifária" (tarifa a custo baixo, ou módico), assim como obter uma proposta de transição da rede no sistema atual para a rede projetada pela STTU.

Neste mês, a prefeitura adiou mais uma vez, sem dar novo prazo, a licitação do transporte público de Natal. A capital potiguar nunca teve licitação e o serviço é operado de maneira "precária", com empresas ofertando serviço por meio de autorização do município.

A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP), contratada pelo município, é uma entidade privada em fins lucrativos sediada em São Paulo. Segundo a prefeitura, a instituição também vem realizando estudos em outras capitais, como Recife.

A secretária de mobilidade, Daliana Bandeira, afirmou que a entidade vai trabalhar com os dados colhidos pela STTU diariamente, como as informações de GPS, bilhetagem eletrônica, além de informações colhidas em pesquisas da UFRN para fazer um mapeamento sobre a rede de transporte de Natal.

Questionada se também seriam levadas em considerações as **informações colhidas com moradores de todas as regiões da cidade, durante reuniões realizadas no ano passado**, a secretária afirmou que o conteúdo também será analisado, no entanto, as reuniões foram realizadas inicialmente para um diagnóstico prevendo a licitação do transporte municipal.

Já o contrato, atual, de acordo com a secretária, é para medidas emergenciais, de curto prazo, porque a cidade teria muitas áreas não atendidas pelo serviço, atualmente.

Senado aprova marco legal para exploração da energia em alto-mar

Link	http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/senado-aprova-marco-legal-para-explora-a-o-da-energia-em-alto-mar/545374
Data da publicação	18/08/2022
Veículo	Tribuna do Norte
Classificação	Notícia de Interesse

Senado aprova marco legal para exploração da energia em alto-mar

Publicado: 00:00:00 - 18/08/2022

Atualizado: 22:17:20 - 17/08/2022

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou nesta quarta-feira (17) o projeto do marco regulatório para a exploração de energia — seja eólica, solar ou das marés — em alto mar no Brasil. O PL 576/2021 regulamenta a autorização para aproveitamento do potencial energético offshore, ou seja, instalado no mar. Do senador Jean Paul Prates (PT-RN), o projeto foi aprovado na forma do substitutivo do senador Carlos Portinho (PL-RJ) em caráter terminativo. Por isso, já deve seguir para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para análise pelo Plenário.

Edilson Rodrigues/Agência Estado



Projeto, de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura, que tem como vice-presidente o senador Jayme Campos (União-MT)

O texto trata do aproveitamento de bens da União para geração de energia a partir de empreendimento offshore. A proposta aprovada estabelece a concessão do direito de uso desses bens para geração de energia ou a outorga mediante autorização. A regra vale para empreendimentos situados fora da costa brasileira, como o mar territorial, a plataforma continental e a Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

O relatório já havia sido apresentado em 12 de julho, no entanto Portinho, ouvindo agentes públicos e privados, apresentou uma complementação de voto na reunião desta quarta-feira com "ajustes pontuais" na tentativa de "dirimir interpretações equivocadas dos dispositivos".

"Acredito que chegamos ao melhor texto, aquele que ordena da melhor forma o processo de autorização ou de concessão. Se houver concorrência, não há como fugir da concorrência e da licitação, não é? E acredito que dessa maneira vamos remunerar o Estado brasileiro, permitindo o seu investimento em infraestrutura também, que é muito importante, e também dos estados e dos municípios, assim como das comunidades pesqueiras, os pescadores, e outras", disse Portinho.

Investimentos

A principal fonte de energia no Brasil é a hidrelétrica. Para Jean Paul Prates, autor da matéria, a diversificação da matriz energética é fundamental para o aumento da segurança energética do sistema elétrico nacional. Além disso, salienta, o mercado de energia offshore pode trazer mais atratividade e competitividade ao país nos próximos anos, devido às condições favoráveis de clima e ambiente operacional de baixo custo.

"Esse projeto não se resume à energia eólica no mar, ele trata da titularidade do mar territorial, plataforma continental, zona econômica exclusiva e outros corpos de água internos, inclusive: lagoas, lagos, espelhos d'água, para uso de geração de energia. Eu costumo dizer que esse projeto está pronto para qualquer coisa que ainda seja inventada usando a força do mar, as ondas, o vento no mar. Mas, obviamente, hoje ele se destaca no sentido de permitir esse novo horizonte imediato de investimentos que é o da energia eólica offshore, ou seja, a geração de energia a partir do vento dentro do mar, no mar brasileiro. E para isso nós precisávamos de um marco legal, porque trata-se de todo um conjunto de bens públicos em que há necessidade de segurança jurídica total para que os investidores façam seus vastíssimos investimentos", argumentou Jean Paul Prates.

Hoje já existem diversos projetos eólicos com estudos em curso, e os números são crescentes: em agosto de 2021, informativo do Ibama relatou a existência de 23 projetos eólicos offshore em licenciamento, somando quase 50 GW de potência instalada. Desse total, ao menos 12 apresentavam alguma sobreposição de área. Alguns meses depois, em janeiro de 2022, o Ibama atualizou os dados, indicando 37 projetos sob sua análise, com potência instalada total superior a 80 GW e ao menos 25 áreas com algum nível de sobreposição.

Serão integrados à proposta mares que estão sob o domínio da União e que tenham viabilidade para a implementação de projetos eólicos. Contudo, o projeto não trata de atividades de geração eólica nas águas internas. Nessas áreas, o vento não apresenta a mesma força que em certas regiões da superfície do oceano e, por isso, resulta em menor eficiência na geração energética.

Projeto trará segurança jurídica a investimentos

Em seu parecer, Carlos Portinho destacou a importância de se permitir o aproveitamento do potencial energético da plataforma continental brasileira e outros corpos hídricos sob o domínio da União. O relator explicou ainda que marco legal para offshore visa a proporcionar a devida segurança jurídica para permitir o investimento de longo prazo.

Ele acrescentou que, assim como para a fonte solar — que faz uso da micro e da minigeração distribuída — o potencial offshore precisa estar adequadamente estruturado, de forma que fornecedores de bens e serviços possam estar aptos para atender a essa nova demanda, que os geradores possam escoar sua produção até o ponto de conexão com a rede básica, e que possam utilizar o produto de seus investimentos de forma econômica, trazendo benefícios para todos os participantes, inclusive os estados e municípios em que se encontram esses potenciais de geração.

Portinho declarou que foi necessário apresentar um texto alternativo devido à publicação, em 2022 (após a apresentação do projeto por Jean Paul Prates), do Decreto 10.946, de 25 de janeiro, com objetivo de normatizar a “cessão de uso de espaços físicos para aproveitamento de recursos naturais em águas interiores de domínio da União, no mar territorial, na ZEE e na plataforma continental para fins de geração de energia elétrica a partir de empreendimento offshore”.

Pelo decreto, disse Portinho, fica patente o papel do Ministério de Minas e Energia na execução das políticas públicas energéticas para um ambiente de transição energética do século 21.

A norma prevê a cessão de uso de prismas (ou polígonos) para a geração de energia elétrica offshore, por qualquer fonte, nas águas interiores da União, no mar territorial, na zona econômica exclusiva e na plataforma continental. Estão excluídos da competência do Decreto os rios e bacias hidrográficas.

Contudo, Portinho salientou que o decreto é um estatuto infralegal, e o considera frágil para a adoção de medidas de longo prazo, sem a devida segurança jurídica que os investimentos em infraestrutura demandam, e para que tenham retorno econômico para todos os agentes envolvidos, capital financeiro, consumidores, usuários e governos. Por isso ele considera a importância de o assunto ser tratado em lei, permitindo ao governo a sua regulamentação e definições dos leilões. “Ninguém vai atrair investimentos bilionários para o nosso país por decreto, que amanhã se altera, no apagar da noite”, argumentou.

Entenda os pontos principais do projeto de lei 576/2021

Interesse público

O projeto lista, entre os princípios e fundamentos para a exploração offshore: a busca pelo desenvolvimento sustentável com inclusão social e pelo combate à crise do aquecimento global; o interesse público, garantido por meio da transparência ativa e da participação popular; a economicidade e racionalidade no uso dos recursos naturais, visando fortalecimento da segurança energética; a abertura ao estudo e desenvolvimento de novas tecnologias de energia limpa a partir do aproveitamento do espaço offshore; a harmonização do uso marítimo e dos demais corpos de água sob domínio da União; a proteção e a defesa do meio ambiente e da cultura oceânica; e a responsabilidade quanto aos impactos e às externalidades decorrentes da exploração da atividade de geração de energia.

Regras de outorga

O substitutivo estabelece a aplicação exclusiva para os potenciais energéticos nele listados, mantendo os atuais marcos para potenciais hidráulicos e recursos minerais, como a exploração de hidrelétricas ou de petróleo, ambos com regras próprias e já conhecidas pelos empreendedores. São definidos dois tipos de outorga passíveis de serem celebradas entre o empreendedor e a União. No seu voto complementar, Portinho redefiniu essas duas modalidades de oferta: a Oferta Permanente e a Oferta Planejada. Ele esclareceu que a mudança terminológica de Outorga para Oferta tem o objetivo de facilitar a interpretação da futura lei e possibilitar uma melhor tradução para outros idiomas. Já em relação às outorgas anteriores à lei que o projeto gerar, por questão de estabilidade regulatória, elas serão válidas em conformidade com os contratos ou atos de outorga, desde que tenham sido precedidas de licitação. O mero pedido de licenciamento ambiental não configura outorga para realização da atividade, e os atos realizados por autoridade que não possuam competência para a realização da outorga não serão convalidados.

Processo

O texto aprovado amplia o rol de critérios para julgamento das propostas para que possam considerar não apenas o maior valor ofertado pelo prisma, mas também quesitos como tarifa de energia elétrica ao consumidor regulado, ou seja, aqueles de todos os rincões do país, o maior valor de participações governamentais, e o maior valor em termos de bônus de assinatura. Para que o valor do bônus de assinatura possa ser parcelado, de forma a não depreciar demais os ativos a serem ofertados para os interessados, o texto de Portinho determina que metade do valor seja pago no momento da assinatura do termo de outorga e o restante poderá ser quitado parceladamente, nos termos do edital, e de acordo com as etapas de aproveitamento do potencial energético. Já para evitar o uso especulativo das áreas, o relator propôs que haja a cobrança incremental pela retenção de área, de caráter progressivo, em termos de quilômetros quadrados, enquanto o empreendimento não estiver em operação, como forma de tornar mais oneroso o não desenvolvimento do projeto. Quanto às participações governamentais, o relator determinou que sejam a partir de 1,5% (em vez de 5% da proposta original). No entanto, isso não impede que se alcance percentuais superiores.

Consultas públicas

O projeto também determina consulta pública envolvendo as comunidades locais e a mitigação de conflitos com a atividade pesqueira e extrativista potencialmente afetadas. Fica vedada a constituição de prisma energético em áreas coincidentes com blocos do setor de petróleo e gás natural e em áreas tombadas como paisagem cultural e natural nos sítios turísticos do país, e é prevista a possibilidade de se realizar atividade econômica de geração de energia offshore pelo operador ou com anuência desse, rotas de navegação e áreas ambientalmente protegidas.

Distribuição

Em relação à distribuição das participações governamentais aos estados e municípios, a proposta estabelece que, para o bônus de assinatura, o valor será destinado à União, e para o pagamento pela ocupação ou retenção de área, o valor será destinado ao órgão designado pelo Poder Executivo responsável por regular e fiscalizar os empreendimentos e o aproveitamento do potencial energético offshore. Para a participação proporcional, o valor será distribuído assim: 50% para a União; 12,5% para os estados e 12,5% para os municípios confrontantes nos quais estão situadas a retro área de conexão ao Sistema Interligado Nacional; 10% para os estados e o Distrito Federal, rateados na proporção do Fundo de Participação dos Estados (FPE); e 10% para os municípios, rateados na proporção do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O texto de Portinho ainda prevê que sejam destinados 5% da participação proporcional para projetos de desenvolvimento sustentável e econômico destinados as comunidades impactadas nos municípios confrontantes, como colônias de pescadores e ribeirinhos. Em outra frente, a proposta determina que os empreendimentos offshore deverão observar o que está estabelecido na Lei 9.991 investindo 1% da receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento, voltados para a geração de energia renovável e inovação do setor.

Auxílio Brasil: 17 bancos podem oferecer consignado

Link	Página 18
Data da publicação	18/08/2022
Veículo	O Globo
Classificação	Notícia de Interesse

Auxílio Brasil: 17 bancos podem oferecer consignado

Informação foi dada pelo ministro da Cidadania, que, no entanto, não revelou o nome das instituições financeiras. Ele defendeu a concessão argumentando que é democratização do acesso ao crédito

DANIEL GULLINO E GERALDA DOCA
danielgullino@oglobo.com.br
@dgda

Após os principais bancos privados do país decidirem não oferecer o crédito consignado para beneficiários do Auxílio Brasil, o ministro da Cidadania, Ronaldo Vieira Bento, afirmou ontem que 17 instituições financeiras estão aptas a realizar a operação. Bento não revelou, no entanto, o nome dos bancos que se credenciaram.

— Hoje já temos quase 17 instituições financeiras homologadas pelo Ministério da Cidadania, aptas à concessão

do empréstimo consignado. É um número que mostra o interesse do mercado em estar disponibilizando o crédito consignado para essa população — disse o ministro, em entrevista coletiva no Palácio do Planalto.

O credenciamento dos bancos junto ao ministério é necessário porque caberá à pasta abater o valor da prestação do benefício e repassar a quantia aos bancos credores.

Além dos beneficiários do Auxílio Brasil, o governo autorizou o empréstimo com desconto em folha para quem recebe o Benefício de Presta-

ção Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

Será possível comprometer até 40% do valor do Auxílio Brasil, considerando o piso de R\$ 400. No caso do BPC, a margem é de até 45% do benefício, que corresponde a um salário mínimo (R\$ 1.212).

Não haverá teto de juros para o Auxílio Brasil. Já no BPC, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) deverá fixar um limite, com o que já acontece com o consignado para aposentados e pensionistas do INSS. Segundo ofertas informais,

os juros do consignado para beneficiários do Auxílio Brasil podem ser mais que o dobro do cobrado de servidores públicos e aposentados.

Bento rebateu as críticas de especialistas que apontam risco de endividamento da população mais vulnerá-

40%

do piso de R\$ 400

Será o valor mensal que o beneficiário do Auxílio Brasil poderá comprometer no consignado

vel. Um grupo de entidades de defesa do consumidor chegou a pedir o adiamento da iniciativa, diante da precariedade com o impacto para a população de baixa renda. Segundo ele, o consignado representa uma democratização do acesso ao crédito e impede que a população busque meios paralelos, como agiotas.

— A democratização do acesso ao crédito, no nosso entender, é um direito dessa população. Em vez de você ficar na mão de agiota, mercado obscuro de concessão de crédito, você vai poder ir,

como todo cidadão brasileiro, ao mercado formal — comentou o ministro.

A Caixa Econômica Federal está se preparando para ofertar a modalidade de crédito tanto no Auxílio Brasil quanto no BPC. O Banco do Brasil anunciou que deve abrir o consignado aos beneficiários do BPC, por ser um crédito mais seguro, e que ainda estuda se fará o mesmo para o público do Auxílio Brasil.

O governo ainda vai editar uma portaria regulamentar o consignado, na qual ficará claro que o crédito terá como base o piso do Auxílio Brasil.

Link	Página A17
Data da publicação	18/08/2022
Veículo	Folha de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Senado aprova marco legal para a geração de energia eólica em alto mar

Renato Machado

BRASÍLIA. A Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou nesta quarta-feira (17) um projeto de lei que cria um marco regulatório para a geração de energia elétrica offshore — a geração de energia eólica, solar e das marés fora da costa brasileira.

A proposta foi aprovada pelos senadores da comissão em caráter terminativo. Isso significa que ela não precisará passar por votação em plenário — a não ser que haja requerimento de algum senador nesse sentido — e será encaminhada diretamente para a Câmara dos Deputados.

O projeto de lei aprovado é de autoria do senador Jean Paul Prates (PT-RN), líder da minoria no Senado, e foi relatado pelo líder do governo no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ). O texto estabelece conceitos e prevê diretrizes para a transferência

para a iniciativa privada dos direitos de explorar a energia offshore em uma determinada área.

A principal fonte de energia a ser explorada é a eólica, mas também menciona-se a hipótese de instalação de painéis para captar energia solar.

“Esse projeto não se resume à energia eólica no mar, ele trata da titularidade do mar territorial, plataforma continental, zona econômica exclusiva e outros corpos de água internos, inclusive: lagoas, lagos, espelhos d’água, para uso de geração de energia. Eu costumo dizer que esse projeto está pronto para qualquer coisa que ainda seja inventada usando a força do mar, as ondas, o vento no mar etc”, afirmou Prates.

“Mas, obviamente, hoje ele se destaca no sentido de permitir esse novo horizonte imediato de investimentos que é o da energia eólica offshore, ou seja, a geração de

energia a partir do vento dentro do mar, no mar brasileiro. E para isso nós precisávamos de um marco legal, por que trata-se de todo um conjunto de bens públicos em que há necessidade de segurança jurídica total para que os investidores façam seus vastíssimos investimentos”, completou.

Essa transferência pode se dar por dois meios. Um deles ocorre quando algum interessado requer do poder público a autorização para explorar o potencial energético em um determinado prisma. Será necessário apresentar estudos preliminares que mostrem as condições e uma prévia do impacto ambiental.

A outra modalidade é quando o poder público realiza a oferta de determinadas áreas — chamadas de prismas — através de um leilão, em processo que guarda semelhanças com as concessões para exploração dos campos de petróleo.

Em dia de ata do Fed, Bolsa registra alta de 0,17%

Link	Página B2
Data da publicação	18/08/2022
Veículo	O Estado de S. Paulo
Classificação	Notícia de Interesse

Em dia de ata do Fed, Bolsa registra alta de 0,17%

Num dia em que as atenções do mercado ficaram voltadas para a divulgação da ata da mais recente reunião do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), a Bolsa registrou nova alta, agora de 0,17%,

levando o ganho acumulado no mês para 10,22%. No melhor momento do dia, o Ibovespa chegou a bater em 114,1 mil pontos (patamar alcançado pela última vez em 22 de abril), para fechar em 113,7 mil pontos.

A ata veio em linha com a recente comunicação do Fed que sugere ser “adequado” que a política monetária nos EUA se mantenha em um nível restritivo “por algum tempo”. Consolidou-se no mercado a

aposta de uma elevação de 0,50 ponto percentual na reunião de setembro, e não mais de 0,75 ponto.

“O mercado é comparável a um pêndulo, tendendo a corrigir excessos, seja de pessimismo ou otimismo. Muito de pessimismo tinha ido para o preço”, disse César Mikail, gestor de renda

variável da Western Asset.

O mercado de dólar também ficou de olho na ata do Fed. Em função disso, chegou ao topo de R\$ 5,2143 pela manhã, para fechar em R\$ 5,1678 – valorização de 0,53%. Com esse resultado, reduziu para 0,13% as perdas no mês frente ao real. ●

LUIS LEAL e SIMONE CAVALCANTI

Orçamento secreto ... PÁG. 7

Rogério usou verba de ministério em troca de apoio eleitoral, diz ação

Candidato ao Senado teria usado orçamento do Governo Federal "de forma abusiva" para "viabilizar sua candidatura", aponta denúncia

O candidato do PT ao Senado, Rogério Marinho, foi denunciado à Justiça Eleitoral nesta terça-feira 16, pela advogada Carlos Eduardo Alves (PDT), pela suposta prática de

abuso de poder político e econômico nas eleições de 2022. Na ação, os representantes de Carlos Eduardo afirmam que Rogério Marinho teria repassado com o único intuito de, ao beneficiar aliados políticos, garantir apoio a sua candidatura. Aos que não tinham intenção de apoiá-lo não era destinada verba alguma, acusa ação protocolada por Carlos Eduardo nesta terça-feira.



Rogério usou orçamento secreto para se beneficiar, afirma a denúncia no TRE



Sistema de votação é "orgulho nacional", diz Moraes ... PÁG. 8

Ministro do STF tomou posse na presidência do TSE nesta terça-feira com presença de presidente e ex-presidentes. Ele foi aplaudido de pé

Notas & Informes ... PÁG. 2

Pesquisa mostra Fátima à frente de Sylverson e Fábio

Editorial ... PÁG. 3

Parque Biológico de Capim Branco é o nome do Projeto de Lei

Diário da Redação ... PÁG. 2

Uma denúncia sobre "orgulho nacional" afirma Moraes na posse

Pedra Branca ... PÁG. 2

Mais de 15 mil ingressos já foram vendidos para América e Castro (RN)

Entrevista ... PÁG. 8

'Fábio Dantas foi o que restou à oposição', diz deputada Isolda

Deputada estadual do PT, quando disputava a reeleição, afirma que candidato do Solidariedade é desproporcionado. Ela critica gestão do governador Robinson Dantas, do qual Fábio Dantas foi vice-governador entre 2015 e 2018, e tenta ligar os dois políticos.

Sistema prisional ... PÁG. 11

Polícia aborta tentativa de fuga em presídio do RN

Operação da Polícia Penal contou com identificação de uma estrutura da unidade por onde aconteceria fuga. Seis presos vão responder a processo e deverão ter as penas aumentadas.

Presídio Rogério Cavalcão Madruga não registra fuga há mais de quatro anos.

Ação é tomada na rotina de segurança das unidades prisionais do Estado.

Impugnação ... PÁG. 3

MP questiona candidaturas a deputado no RN

Foram apresentadas impugnações contra registros das candidaturas de João Maia (PL) e Lawrence Amaral (SEED) a deputado federal.

Decisão ... PÁG. 13

Ex-empregada feita de refém é indenizada

Funcionária foi feita de refém durante assalto em abril de 2020 nas Américas da Av. Aldeias Nova, em Natal. Ela desenvolveu transtornos psicológicos.

Arte: Casa Roberto Marinho abre a exposição
'Calder + Miró, com obras dos dois mestres'



O GLOBO



Comprender a ramificação de suas rotas



Estacionário, a central que possibilita o trânsito rápido de passageiros, possui faixas de acesso controlado e um sistema de bilhete que facilita a conexão entre os pontos de chegada e saída. Com a possibilidade de ir e vir, a obra reduz o tempo de espera de passageiros e melhora a experiência de viagem.

Empresariado defende volta da política industrial

Seu setor precisa de uma estratégia integrada por políticas públicas, regulatórias e fiscais para superar os desafios da indústria e melhorar a produtividade. Para isso, o empresariado defende a volta da política industrial, que foi desmontada pelo governo Dilma e revivida por Temer. A ideia é criar um órgão para coordenar as ações e promover a inovação.

'PT teve dificuldade de dialogar com todo o estado'

Um debate promovido por OAB RJ e CNI e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) mostrou que o partido governante não dialoga com todos os setores da sociedade. Os participantes criticaram o PT por não ter conseguido estabelecer uma agenda clara e consistente para o Brasil.

ELABORAÇÃO

Denúncias de fake news marcam o início da campanha

Afirmativa dos discursos de Bolsonaro e Lula contribui para levar debate eleitoral à esfera jurídica



Para evitar o erro, o candidato precisa ser claro

A ideia de se candidatar em 2022 é uma realidade para muitos brasileiros. No entanto, a falta de clareza e a presença de fake news marcam o início da campanha eleitoral. Os candidatos precisam ser claros e honestos em suas declarações para evitar problemas jurídicos.

Segundo especialistas, a falta de clareza e a presença de fake news marcam o início da campanha eleitoral. Os candidatos precisam ser claros e honestos em suas declarações para evitar problemas jurídicos.

INTELLIGENCE
Inteligência governamental e pública

OPINIÃO
O Brasil: desafios e oportunidades

PT pede ao STF autorização para incluir Bolsonaro por assédio racial à Aécio

Apesar de não ter sido acusado de assédio racial, o PT pede ao STF autorização para incluir Bolsonaro no processo por assédio racial à Aécio. O partido alega que Bolsonaro fez declarações racistas durante a campanha eleitoral.



Não se faz com paralisia serviços e programas da prefeitura de Rio

Para garantir a qualidade dos serviços e programas da prefeitura de Rio, é necessário evitar a paralisia administrativa. Os gestores precisam ser proativos e tomar decisões rápidas para melhorar a eficiência dos serviços.

Freio agora se dá contra legalização das drogas, e é criticado

Os debates sobre a legalização das drogas estão em andamento, mas agora o freio se dá contra a legalização. A proposta é criticada por não considerar os impactos sociais e econômicos da comercialização das drogas.

Demora da dissidência Lula-Cherney em privar a maioria do triunfo

A demora da dissidência entre Lula e Cherney pode privar a maioria do triunfo eleitoral. Os dois lados precisam chegar a um acordo rápido para evitar um impasse que prejudicaria o Brasil.

Bicicleta solo voga do Fla; Flc também vai servir

Apesar de ser uma novidade, a bicicleta solo voga do Fla e também vai servir para o Flc. O esporte está ganhando popularidade entre os jovens brasileiros e promete se tornar uma modalidade importante no futuro.

FOLHA DE S. PAULO

DESDE 1921 ★★ UN JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

100 ANOS

QUINTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 2013

R\$ 1,00

Novo app da Folha
Com uma nova versão, o aplicativo da Folha oferece uma experiência mais rápida e personalizada.

Cadê o B3?
Bolsistas que esperam Woodstock no Brasil e novidades no mercado.

Turistas flutuam em rios de neve
Invernalistas desce Alpes na região de Berna.



Leve de novo o aplicativo da Folha, sempre em...

Horário CI
Dilema é se fechar de pé a obra e a casa de...

Gov. amplia isenção de impostos para pastores

Em meio a campanha por voto evangélico, ato beneficia bíblias e perda d'vida

A Igreja Evangélica de Cristo e suas igrejas locais, que representam a maioria das igrejas evangélicas no Brasil, tem uma vantagem: a isenção de impostos sobre a venda de bíblias e livros religiosos. No dia 18 de abril, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Neto, anunciou que vai ampliar essa isenção para incluir também a venda de livros religiosos em geral.

Procurador-Geral de Justiça, Alexandre de Gusmão, que é o responsável por analisar a constitucionalidade das leis, disse que a medida não é constitucional. Segundo ele, a medida é inconstitucional porque a isenção de impostos sobre a venda de livros religiosos em geral é uma vantagem exclusiva para as igrejas evangélicas.

Além disso, o governador também anunciou que vai ampliar a isenção de impostos sobre a venda de bíblias e livros religiosos para incluir também a venda de livros religiosos em geral.

Desde então, a Igreja Evangélica de Cristo e suas igrejas locais, que representam a maioria das igrejas evangélicas no Brasil, tem uma vantagem: a isenção de impostos sobre a venda de bíblias e livros religiosos.



Após o inverno, a neve derrete e os turistas flutuam em rios de neve na região de Berna.

Polícia investiga o caso da igreja evangélica

Polícia investiga o caso da igreja evangélica que foi acusada de fraude em uma campanha eleitoral. O caso envolve a venda de livros religiosos em geral.

Cobiça por evangélicos torna Janja e Michelle protagonistas

O partido Bolsonarista está com a boca cheia de campanha eleitoral. O partido está buscando votos entre os evangélicos.

Bolsonaristas criticam e minimizam fala de Moraes

Morais diz que Bolsonaro é um candidato sério e capaz de fazer a diferença no Brasil. Os bolsonaristas criticam a fala de Moraes e minimizam o impacto.

Morais diz que Bolsonaro é sério
Morais diz que Bolsonaro é um candidato sério e capaz de fazer a diferença no Brasil.

Bolsonaristas criticam Moraes
Os bolsonaristas criticam a fala de Moraes e minimizam o impacto.

Morais diz que Bolsonaro é sério
Morais diz que Bolsonaro é um candidato sério e capaz de fazer a diferença no Brasil.



Um dos prédios da Companhia Saneamento de São Paulo, que foi afetado por uma explosão de gás.

B3 TOMA A
Bolsistas esperam Woodstock no Brasil e novidades no mercado.

Divulgação de dados
A divulgação de dados sobre o PIB brasileiro em 2012.



seminários e livros

Saúde da pele

2ª edição

Prevenção, cuidados e tratamentos para uma pele saudável e livre de doenças de pele.

HOJE em oferta

abvie

FOLHA

Leia mais no página 83

Atividade legal em terra indígena sobre IBDF em 4 anos

Busca de uma obrigatoriedade em aeroporto e aviação

GRÁFICOS



Principais Fontes

FONTES	NOTÍCIAS
HTTPS://AGORARN.COM.BR/	1

